

**HABEAS CORPUS Nº 517.412 - PE (2019/0181574-6)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE : MAVIAEL FLORENCIO PEIXOTO**  
**ADVOGADO : MAVIAEL FLORÊNCIO PEIXOTO - PE024381**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PACIENTE : ADRIANA VICENTE DA SILVA SALES**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de ADRIANA VICENTE DA SILVA SALES contra acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, assim ementado (fls. 93-94):

PENAL E PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO (ARTIGOS 33 E 35 DA LEI 11.343/2006). PLEITO DE SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA PELA PRISÃO DOMICILIAR. PACIENTE MÃE DE CRIANÇAS MENORES DE DOZE ANOS. SUPOSTOS CRIMES PRATICADOS SEM VIOLÊNCIA OU GRAVE AMEAÇA. ART. 318-A DA LEI Nº 13.769/2018. SITUAÇÕES EXCEPCIONALÍSSIMAS. OMISSÃO LEGISLATIVA. FATO QUE NÃO IMPEDE QUE O MAGISTRADO NEGUE O BENEFÍCIO DA PRISÃO DOMICILIAR QUANDO SE DEPARAR COM CASOS EXCEPCIONAIS. ENTENDIMENTO FIRMADO PELO C. STJ NO JULGAMENTO DO HC Nº 470.549 - TO. LIMINAR REVOGADA. ORDEM DENEGADA. REESTABELECIMENTO DA PRISÃO PREVENTIVA. DECISÃO UNANIME. 1. O C. STJ, em recente julgado proferido no HC nº 470.549 - TO, decidiu que mesmo após a inserção do art. 318-A do CPP, é possível que o juiz negue a prisão domiciliar para a mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência, desde que presente situação excepcionalíssima.

2. Levando-se em consideração as informações prestadas pela autoridade coatora, no bojo das quais a paciente integra seio de organização criminosa voltada para o tráfico de drogas, é reincidente em crime da mesma espécie, além do que, segundo degravações telefônicas, saía de casa de madrugada, deixando os filhos sozinhos para ir pegar droga com seus comparsas para vender a terceiros, verifica-se a presença de situações excepcionalíssimas que impossibilitam a conversão da prisão preventiva em domiciliar.

3. Liminar revogada.

4. Ordem denegada, para fins de reestabelecimento da prisão preventiva.

5. Decisão Unânime.

Consta que a paciente foi presa preventivamente pela prática delitiva descrita nos arts. 33 e 35, ambos da Lei 11.343/2006.

Narra a defesa, em suma, que *foram violados os dispositivos legais que*

# Superior Tribunal de Justiça

tratam do tema, à luz do que prescreve art. 117 1 , da LEP, art. 317 2 c/c art.318, Inciso V 3 e 318-A 4 , ambos do CPP, implementados com a chegada da novel Lei n.º 13.769/2018. (fl.6), invoca, ainda, o julgado do HC 143.641/STF, que trata do direito à concessão de prisão domiciliar a mães e gestantes presas.

Requer, inclusive liminarmente, a substituição da prisão preventiva por domiciliar.

A liminar foi indeferida (fls. 145-146).

As informações foram prestadas (fls. 154-187).

O parecer do Ministério Público Federal foi pela denegação da ordem.

É o relatório.

DECIDO.

Conforme relatado, busca a defesa substituição da prisão preventiva por domiciliar.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

Consta do decreto de prisão preventiva (fls. 268-269):

[...] Portanto, tem a prisão cautelar, como garantia da ordem pública, o objetivo de resguardar a sociedade da reiteração de crimes em virtude da periculosidade do agente.

Como sobejamente exposto, e sempre num exame próprio das cautelares, ou seja, de cognição sumária, **considero presentes as provas de materialidade dos crimes de tráfico de entorpecentes e associação criminosa**, bem como indícios de autoria em desfavor dos representados.

Assim, infere-se que o conluio existente entre **os investigados tem todas as características de uma associação criminosa. A investigação policial acompanhou o modus operandi, identificando seus integrantes, que agiam com divisão de tarefas e de modo estável e habitual.**

**O esquema consistia, de forma simplificada, em três núcleos, localizados nos bairros do Salgado. Agamenon Magalhães e Vassoural, por meio dos quais era distribuída a droga para revenda. A organização criminosa tem uma estrutura básica bem definida, segundo a investigação, sendo possível que outras pessoas ainda não identificadas participem do esquema ilícito.**

Considerados os elementos principais da facção capitaneada por João Barbosa de Uma, José Maria de Azevedo, Otevaldo dos Santos e Ercnilson Melo têm extensa rede de contatos, que utilizam com o fim de gerir o esquema criminoso. Os outros denunciados compunham a associação criminosa, cada um com sua função específica, distribuindo, guardando e transportando as substâncias entorpecentes tendo como meta a chegada ao usuário final, por meio de comercialização.

# *Superior Tribunal de Justiça*

[...] **Saliente-se que a jurisprudência dessa cortes superiores considera a reiteração da pratica delituosa fundamento legítimo para a decretação da prisão preventiva a fim de inibir o cometimento de crimes por integrantes de organizações criminosas preservando-se a ordem pública.[...].**

Quanto à prisão domiciliar o Colegiado do Tribunal local ratificou o édito prisional, negando a substituição da custódia preventiva em domiciliar pelos seguintes fundamentos (fl. 100):

[...] Nesse contexto, e voltando-se ao caso concreto, verifica-se, após as relevantes informações prestadas pela autoridade coatora (fls. 43/62), que **a paciente integra seio de organização criminosa voltada para o tráfico de drogas, além de ser reincidente em crime da mesma espécie. Além disso, consta ainda das informações degravações telefônicas realizadas mediante autorização judicial, nas quais se afere que a paciente saia de casa de madrugada, deixando os filhos sozinhos para ir pegar droga com seus comparsas para vender a terceiros. Diante do contexto fático, verifica-se a presença de situações excepcionalíssimas que impossibilitam a conversão da prisão preventiva em domiciliar, pois como dito alhures, embora seja a paciente mãe de dois filhos menores de 12 anos e não tenha praticado crime com violência ou grave ameaça a pessoa ou aos seus descendentes, os fatos até agora revelados demonstram não somente a gravidade concreta dos crimes supostamente praticados, como que a manutenção da paciente em seu lar, além de permitir que ela prossiga livremente no mister de comercializar drogas, é negativa para as crianças, o que reforça a necessidade do reestabelecimento da medida cautelar extrema. Isto posto, revogo a liminar deferida, denegando a ordem, para, por consequência, determinar o reestabelecimento da prisão preventiva da paciente. [...]**

Como se vê, a substituição da custódia cautelar foi indeferida em razão da paciente ser integrante de organização criminosa voltada para o tráfico, bem como ser reincidente no mesmo delito.

Ora, sabe-se da importância do novo regramento para proteção de gestante e de mãe de criança, em que nenhum requisito é legalmente exigido, afora a prova dessa condição, no qual incorpora-se como novo critério geral a concessão da prisão domiciliar em proteção da gestação ou da criança (a mãe com legalmente presumida necessidade de cuidar do filho, o pai mediante casuística comprovação), cabendo ao magistrado justificar a excepcionalidade - situações que os riscos sociais ou ao processo exijam cautelares outras, cumuladas ou não, como o monitoramento eletrônico, a apresentação judicial, **ou mesmo o cumprimento em estabelecimento prisional.**

No entanto, essa inovação legislativa, Lei 13.769/2018, não pode ser

# Superior Tribunal de Justiça

um salvo conduto para o cometimento de ilícitos penais. Por conseguinte, em poucas situações a salvaguarda em proteção da gestação ou da criança pode ser mitigada, sendo uma delas a negligência para com os filhos - *saia de casa de madrugada, deixando os filhos sozinhos para ir pegar droga com seus comparsas para vender a terceiro* (fl. 100). Veja-se, ainda, que na presente hipótese a situação se cumula com a mãe ser reincidente e integrar organização criminosa.

Com efeito, esta Corte tem compreendido que a periculosidade da acusada, evidenciada na reiteração delitiva, constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. Nesse sentido: HC n. 286854/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Felix Fischer – DJe. 1º-10-2014; RHC n. 48002/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 4/8/2014; RHC n. 44677/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 24/6/2014.

Ademais, a jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que justifica a prisão preventiva o fato de a acusada integrar organização criminosa, em razão da garantia da ordem pública, bem como diante da complexidade dessa organização, evidenciada no número de integrantes e a presença de diversas frentes de atuação. A propósito: RHC n. 46.094/MG – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Sebastião Reis Júnior - DJe 4/8/2014; RHC n. 47242/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 10/6/2014; RHC n. 46341/MS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 11/6/2014; RHC n. 48067/ES – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Regina Helena Costa – DJe 18/6/2014. Igual posicionamento se verifica no Supremo Tribunal Federal, v.g.: AgRg no HC n. 121622/PE – 2ª T. – unânime – Rel. Min. Celso de Mello – DJe 30/4/2014; RHC n. 122094/DF – 1ª T. – unânime – Rel. Min. Luiz Fux – DJe 4/6/2014; HC n. 115462/RR – 2ª T. – unânime – Rel. Min. Ricardo Lewandowski – DJe 23/4/2013.

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 23 de setembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator